

196 Esforço tem pouco efeito

SUELENE TELES

Os primeiros dez dias de esforço concentrado convocado pelo Congresso Nacional foram pouco ou nada produtivos. Nesse período, que se iniciou no último dia 22, apenas duas matérias foram apreciadas e votadas. Uma delas refere-se a uma medida provisória baixada pelo deputado Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, regulamentando a pesca e a outra é um projeto de lei de autoria do deputado Oswaldo Bender (PDS-RS), incluindo os municípios recentemente criados no Fundo de Participação dos Municípios e, portanto, na reforma tributária aprovada pela Constituinte.

O esforço concentrado não vingou por falta de quorum e basicamente pelas diferenças partidárias e ideológicas, que impediram qualquer avanço nas negociações dos líderes, principalmente nos assuntos referentes à regulamentação do salário mínimo, da lei de greve nos serviços essenciais, lei do inquilinato e outras tantas matérias in-

cluídas nas Pendências da Câmara e do Senado. Na Câmara, os líderes tentaram a semana toda chegar a um consenso sobre o salário mínimo. Com acusações mútuas de radicalismos, alguns partidos se recusavam a assinar qualquer pauta de urgência.

Todos sabiam que sem um acordo global das lideranças sobre qualquer matéria inviabilizaria sua entrada na pauta. A princípio, o PT aceitava discutir a questão do salário mínimo sem falar em regulamentação da lei de greve, mas o PFL não concordou com a imposição e passou a comandar uma nova posição, declarando que só votaria qualquer matéria constitucional com o Regimento Interno previamente aprovado pela Câmara. O impasse se tornou intransponível. Só ontem, o líder do PFL, José Lourenço, admitiu a possibilidade de se colocar a questão do salário mínimo em pauta, mas sob a condição de que a Comissão Parlamentar encarregada do assunto entregasse às lideranças um projeto que obtivesse um acordo global.